

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.404.268 - ES
(2018/0312842-4)**

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
EMBARGANTE : CARLOS SILVA RAMOS (PRESO)
ADVOGADOS : RAIMUNDO TEIXEIRA GALVÃO - ES003945
PATRICIA DALLAPICULA BRANDAO - ES018672
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUPOSTA OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E DÚVIDA. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. CARÁTER PROTETÓRIO RECONHECIDO. INÍCIO IMEDIATO DA EXECUÇÃO.

Embargos de declaração rejeitados com a determinação de se dar início imediato à execução da pena imposta.

DECISÃO

Embargos de declaração opostos por **Carlos Silva Ramos** ao *decisum*, de minha, assim ementado (fl. 513):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. RECURSO FUNDADO NA ALÍNEA C. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL TIDOS COMO OBJETO DE INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. RECURSO FUNDADO NA ALÍNEA A. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 619 E 620, AMBOS DO CPP. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO REITERADA. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. ACÓRDÃO QUE LANÇOU FUNDAMENTAÇÃO COERENTE E SUFICIENTE PARA RECHAÇAR AS TESES DEDUZIDAS NA APELAÇÃO DEFENSIVA. NEGATIVA DE VIGÊNCIA DO ART. 381, III, DO CPP. OMISSÃO NA SENTENÇA. PRECLUSÃO. QUESTÃO QUE NÃO FOI SUSCITADA MEDIANTE OPOSIÇÃO DE ACLARATÓRIOS AO *DECISUM*. NEGATIVA DE VIGÊNCIA DO ART. 593 DO CPP. TESE DE QUE A DECISÃO CONDENATÓRIA ESTÁ DISSOCIADA DA PROVA COLHIDA. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 33 E 44, AMBOS DO CP. SUPOSTA ILEGALIDADE NO REGIME INICIAL DE PENA E NA VEDAÇÃO DA PENA SUBSTITUTIVA. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. RÉU QUE OSTENTA A CONDIÇÃO DE REINCENTE ESPECÍFICO. SÚMULA 269/STJ. PRECEDENTES DESTA CORTE. IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO CALCADA EM DEPOIMENTO DE POLICIAL E INSUFICIÊNCIA DE PROVA PARA A CONDENAÇÃO. FALTA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS

DE LEI FEDERAL TIDOS COMO VIOLADOS. SÚMULA 284/STF.

Agravo conhecido para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Nas razões, a defesa do embargante aduziu que o julgado padece de contradição, ambiguidade e omissão.

Primeiro, suscitou contradição e ambiguidade na conclusão estabelecida na análise dos itens 5 e 6.

Asseverou, nesse tópico, que se *o próprio relator na parte do relatório destaca vários dispositivos que foram objeto de arguição de suas interpretações divergentes e ou negação de texto de lei federal e, isto de fato consta do recurso e com as fundamentos que os alicerçam, não seria contraditório ou ambíguo, agora na parte dispositiva afirmar “o agravante deixou de indicar, de forma clara e específica, os dispositivos de lei federal objeto de interpretação divergente?*

Em reforço, transcreveu a decisão na parte que admitiu o recurso quanto ao item 1, aduzindo que a compreensão no sentido de que o reclamo é admissível naquele item, implicaria também na admissão do recurso especial quanto aos outros tópicos.

Segundo, apontou contradição na conclusão de que o embargante não demonstrou, de forma analítica a divergência, aduzindo que as razões do agravo e do recurso especial evidenciam o contrário, passando a transcrever os recursos com o objetivo de infirmar o *decisum*.

Terceiro, apontou contradição e ambiguidade na conclusão estabelecida quanto aos itens 5 e 6, aduzindo que se *o acórdão recorrido foi exarado em total divergência e ou dissídio jurisprudencial com base no que tem decidido outros tribunais de nosso país, afigura-se dispensável a menção ao dispositivo legal* (fl. 542).

Quarto, suscitou contradição na conclusão de que as decisões

judiciais não precisam ser analíticas, aduzindo que há precedente do Supremo Tribunal Federal em sentido contrário.

Na sequência, suscitou nulidade absoluta da sentença e do acórdão da apelação, por falta de análise das teses defensivas.

Pugnou, assim, pelo saneamento dos vícios apontados, inclusive com a atribuição de efeitos infringentes ao julgado.

É o relatório.

A contradição que autoriza a oposição de embargos de declaração é aquela interna ao julgado, caracterizada por **proposições inconciliáveis** (EDcl no AgRg no REsp n. 1.103.558/RJ, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 5/12/2013).

No mesmo sentido, confirmam-se: AgInt no AREsp n. 268.789/SP, Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 29/11/2016.; e EDcl no AgRg na Rcl n. 15.614/MG, Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, DJe 3/11/2016

No caso, não há contradição na decisão embargada; ao contrário, **as premissas e conclusões estabelecidas guardam perfeita coerência entre si** (fls. 513/522).

Também não há falar em omissão e obscuridade, pois a decisão é clara e ostenta fundamentação suficiente.

O que se verifica, das razões dos embargos, é a tentativa do embargante de, por via oblíqua, **rediscutir** a conclusão da decisão embargada, providência descabida na via eleita.

A propósito:

[...] 1. Os Embargos de Declaração, segundo o disposto no art. 619 do CPP, se prestam a afastar a existência, no julgado, de ambigüidade, omissão, contradição e obscuridade, sendo-lhe impróprio o manejo para o fim de se rediscutir a matéria decidida. [...]

(EDcl no HC n. 335.663/RS, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 11/3/2016)

Ante a manifesta improcedência, tenho como nítido o caráter procrastinatório do recurso, o que justifica o início imediato da execução, na esteira dos precedentes desta Corte Superior:

[...] 2. Não havendo erro de fato, observando-se, em verdade, a insistência na discussão de matéria já devidamente rechaçada, impõe-se a rejeição dos embargos de declaração.

3. Evidenciada a natureza meramente procrastinatória do recurso, é possível, antes mesmo do trânsito em julgado da condenação, e independentemente da publicação do acórdão, o início da execução da pena imposta. Precedentes. [...]

(EDcl nos EDcl no AgRg no REsp n. 1.171.743/RJ, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 14/10/2013)

[...] III. Nos casos em que os Embargos de Declaração são opostos com nítido caráter protelatório, esta Corte admite, antes mesmo da publicação do acórdão, bem como do trânsito em julgado da condenação, a execução imediata da pena imposta. [...]

(EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp n. 186.772/BA, Ministra Assusete Magalhães, Sexta Turma, DJe 27/5/2013)

[...] 2. Havendo a nítida finalidade, por parte da defesa, de prolongar, prorrogar, enfim, protraír o trânsito em julgado da condenação, é de rigor, segundo a jurisprudência, a determinação da imediata execução da sentença.

3. Embargos de declaração dos quais não se conheceu, com determinação de se dar imediato início à execução da pena imposta aos acusados, independentemente da publicação do acórdão e da interposição de eventual recurso. [...]

(EDcl nos EDcl no AgRg no Ag n. 1.141.088/RS, Ministro Celso Limongi (Desembargador convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe 4/4/2011)

Ante o exposto, **rejeito** os embargos de declaração com a determinação de se dar início imediato à execução da pena imposta.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator